

XVI Seminário de Economia Mineira – Cedeplar 2014

O Progresso, as Palavras e a Política: o Senado mineiro e o desenvolvimento do Estado no ano de 1891*

James William Goodwin Junior
Doutor em História
CEFET-MG

Resumo:

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa sobre a construção de discursos pelas elites políticas mineiras durante a Primeira República, relacionando ciência, técnica, trabalho e educação profissional com o desenvolvimento econômico do Estado. A metodologia utilizada foi a indexação das atas do Senado Mineiro no período de 1891 a 1910, a partir de termos agregadores; aqui analisam-se as fichas de indexação do ano de 1891 como exemplares do uso desses termos. Investiga-se como, no contexto do desenvolvimento econômico mineiro, os senadores abordam os temas da estruturação burocrática, da malha ferroviária e da necessidade de mão de obra no Estado.

Palavras-Chave: Senado Mineiro; Desenvolvimento econômico; Indexação.

Área Temática: 1. História Econômica ou Demografia Histórica.

Abstract:

This work reports the partial results of a research Project, which analyzes how speeches and practices were built by political elites in Minas Gerais during the First Republic, associating science, technique, work and professional education with the State's economical development. The methodology used was the indexation of the Senate's minutes between 1891 and 1910, using marker terms; this presentation analyzes the indexation forms for the year 1891 to show how these terms were used. In the context of Minas' economic development, this paper analyzes how the Senators approached the themes of the States' bureaucratic structure, railway net and the need for workers.

Key Words: Minas' Senate; Economic development; Indexation

* Este trabalho contou com o apoio da FAPEMIG.

O Progresso, as Palavras e a Política: o Senado mineiro e o desenvolvimento do Estado no ano de 1891¹

I – INTRODUÇÃO

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX diversas alterações ocorreram no cenário em que se moviam pessoas e instituições de Minas Gerais. O sistema de trabalho secular, fundamentado na instituição do trabalho escravo, foi gradualmente desmantelado e substituído por formas diversas de trabalho livre, dos acordos e parcerias ao assalariamento. A inserção do país no capitalismo internacional consolidou-se com a entrada em cena de companhias e capital estrangeiros, bem como a presença cada vez mais visível de artefatos tecnológicos, de máquinas fotográficas a ferrovias. O regime político mudou, passando o país de uma monarquia constitucionalista a uma república federal, marcada pela tensão entre militares e centralizadores, de um lado, e oligarcas e liberais, de outro.

Tais mudanças fizeram com que roteiros conhecidos fossem reescritos, novas falas e diálogos fossem apresentados. Aos antigos personagens juntaram-se novas figuras, todos a desempenhar seus papéis na história, tanto no palco nacional quanto nas cenas estaduais. Essas novas narrativas não anularam completamente antigos textos e papéis, alguns dos quais permaneceram praticamente inalterados, enquanto outros se apresentavam sob nova roupagem.

Ao longo desse período de mudanças e transições, ganhou importância a ideia de desenvolvimento econômico. A indústria passou a ser considerada uma necessidade, ainda que seu papel continuasse a ser visto, por boa parte das elites nacionais, como complementar à economia agropecuária. Todavia, mesmo em relação às atividades rurais surgiam clamores de mudanças, apontando a necessidade de uso racional dos recursos naturais, de técnicas, ferramentas e insumos que aumentassem a produtividade e reduzissem os custos e a dependência da mão de obra. Ao crescimento dos núcleos urbanos correspondia a crescente atenção dada à economia urbana, principalmente no setor de serviços. Como sinais visíveis de um estágio avançado de civilização, os artefatos tecnológicos alteravam a paisagem urbana e o espaço rural: fios de telégrafo e telefone, trilhos de ferro, locomotivas, energia elétrica movendo máquinas e iluminando ruas e casas.

O termo que mais comumente resumia toda essa dinâmica conjuntura, “progresso”, tornou-se corrente nos textos jornalísticos, nos discursos políticos e até nos anúncios comerciais. O novo Estado republicano consolidou esse compromisso com o progresso na própria bandeira nacional. Assim, o termo e suas múltiplas interpretações foram oficializados como parâmetro para analisar

¹ Este texto apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa “O Progresso, as Palavras e a Política: Ciência, Técnica e Trabalho no Congresso Mineiro da Primeira República (1891-1930)”, financiado pela FAPEMIG (SHA - APO-04478-10). Merece menção o excelente trabalho da Bolsista de Iniciação Científica Bárbara Braga Penido Lima.

a realidade. Em Minas Gerais, seu uso suscitou expectativas positivas, mas também evidenciou lacunas e deficiências.

O enredo da implantação do regime republicano em terras mineiras incluiu o progresso entres suas questões centrais. Naquela que se tornou uma clássica interpretação, DULCI (2002) argumenta que, como resultado de um “diagnóstico pessimista” realizado por vários setores das elites mineiras, construiu-se o consenso de que a região vivia um período de estagnação. Nasceu um “discurso do atraso”, associado à percepção da necessidade de investimento no desenvolvimento econômico do novo estado.

A ideia da estagnação surgia frequentemente por contraste com a imagem de um passado de riqueza e prestígio, correspondente ao ciclo da mineração do ouro. Mas derivava igualmente de comparações desfavoráveis com o avanço econômico de outras áreas do país, particularmente São Paulo. O diagnóstico era, talvez, excessivamente sombrio, uma vez que, mesmo que se aceite a vidão corrente de que na maior parte do século XIX Minas Gerais viveu um longo ciclo de estagnação [nota de fim remete aos estudos que desbancaram tal percepção], um estudo do período 1889-1937 indica “crescimento irregular, moderado” [está se referindo a WIRTH, citado em nota de fim]. O contraste entre esse crescimento moderado e a mais rápida expansão de outras áreas é que definira o declínio na posição relativa de Minas em termos nacionais, que os textos e as declarações de seus líderes mais influentes qualificavam de “perda de substância econômica”. De toda forma, daí surge a percepção do atraso, a insistência nas potencialidades inexploradas da região e o debate sobre a recuperação econômica, tema dominante na agenda política estadual a partir de certo momento. (DULCI, 2002, p.38-39)

Entre as muitas dificuldades enfrentadas pelo Estado para consolidar a ordem e o progresso, destacavam-se a carência de meios de transporte e de comunicação, os quais geravam outros problemas, de natureza econômica e também política:

A carência de vias de transporte e de meios de comunicação era reiteradamente apontada como fator de atraso econômico, na medida em que dificultava o intercâmbio entre as diversas partes do estado; o isolamento de algumas zonas as mantinha praticamente limitadas à produção para subsistência; outras faziam parte do mercado, mas gravitavam em torno de polos comerciais de fora, em parte, devido ao fato geográfico de que Minas depende dos portos do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo para exportar e importar. (DULCI, 2002, p. 39)

Otávio Dulci afirma que tais problemas foram enfrentados a partir de um “modelo de modernização conservadora”:

De acordo com o argumento apresentado na Introdução, a trajetória esperada em contextos de atraso econômico é no sentido da primazia de fatores políticos sobre fatores de mercado. Esta primazia aparece, antes de tudo, no caráter diretivo de se reveste o processo de desenvolvimento. O Estado, seus aparelhos e sua burocracia assumem particular importância como espaços de coordenação estratégica da economia e de articulação dos interesses dos diversos atores – tradicionais e emergentes – envolvidos no empreendimento da modernização. (DULCI, 2002, p.37)

A defasagem entre a maneira como as elites mineiras viam o Estado e como acreditavam que este poderia (e deveria) ser tornou-se um desafio para o Senado mineiro, ao qual caberia definir estrutura de governo e projetos que viabilizassem a superação do atraso. O dirigismo político, em que o governo estadual assumiria um papel de liderança e fomento, seria a solução para os

problemas mineiros, criando as condições propícias para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

II – O PROGRESSO EM PALAVRAS

A importância do Congresso Mineiro como fórum articulador do pensamento e da ação das elites políticas de Minas Gerais durante a Primeira República instigou uma pesquisa que mapeasse de maneira sistemática as atas das sessões legislativas. A leitura desses documentos se fez tendo como termos agregadores a ciência, a técnica e o trabalho, bem como a educação profissional, tema que aparece vinculado aos demais. Foram indexadas as menções diretas a esses termos, bem como assuntos correlatos, permitindo delinear o repertório discursivo da instituição para esse conjunto temático.

A definição do campo temático resulta de pesquisa em andamento sobre um discurso do progresso constituído e adotado por diferentes segmentos das elites mineiras na virada do século XIX para o XX. Os quatros termos aqui apresentados formam um campo de sentido, dentro do qual se movimentam diferentes palavras e expressões. Detectá-las e sistematizá-las torna possível perceber como o discurso é construído; quais as concepções que se estabelecem para esses termos e seus correlatos, no uso regular; e qual a importância dada ao campo temático na prática discursiva mais ampla do grupo em questão.²

A proposta inicial do projeto é a indexação de todas as atas de ambas as casas do Congresso Mineiro (Senado e Câmara dos Deputados), no período de 1891 a 1930. O grande volume documental e a adequação dos recursos humanos ao cronograma exigiram um recorte documental e temporal, como é comum acontecer nesse tipo de pesquisa. Pela maneira como os temas foram tratados na documentação analisada, optou-se pela indexação das atas do Senado; o trabalho logrou cobrir o período de 1891 a 1910. O projeto prevê como produto, ainda não viabilizado, a disponibilização de todas as fichas num banco de dados acessível pela internet. A indexação das atas relativas ao período restante de atuação do Senado, e também da Câmara dos Deputados, será realizada posteriormente.

A Figura I apresenta um exemplo da Ficha de Indexação utilizada, composta por campos de inserção divididos em três blocos. O primeiro, formado pelos dados de identificação do projeto e do conjunto documental. No segundo são registradas as ocorrências diretas dos termos agregadores, as transcrições de trechos de atas e as observações complementares, visando clarear aspectos lacunares ou confusos. No terceiro campo são lançadas as críticas e reflexões a partir do texto indexado, relações com outras atas ou temáticas, com outros textos (documentais ou historiográficos) etc. Cada ficha foi numerada, podendo ser composta por várias páginas; a Ficha nº 1, apresentada como exemplo,

² Diferentes conjuntos documentais foram assim abordados, como os jornais produzidos em Belo Horizonte de 1896 a 1926 (FAPEMIG SHA - APQ-00920-08). Outro projeto de pesquisa (Edital PIBIC CEFET-MG/CNPq 2008-2009) deu sequência ao levantamento, incorporando também documentação relativa ao I Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, realizado em 1903. O discurso inaugural do Diretor da Escola de Aprendizes Artífices – EAA em 1910 foi analisado em GOODWIN Jr., 2010.

tem apenas uma página. Por ela percebe-se que nem todos os campos são preenchidos em todas as fichas.

FIGURA I – Ficha de Indexação (exemplo)

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET MG	
O PROGRESSO, AS PALAVRAS E A POLÍTICA: CIÊNCIA, TÉCNICA E TRABALHO NO CONGRESSO MINEIRO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1891-1906)	
Documento: Anaes do Senado Mineiro 1891-1892, 1ª sessão, 1ª legislatura, 2ª edição	
Localização: A613; 350	
Data: 1891-1892	Tipo: Atas e Legislações do Senado e do Congresso Mineiro (ata, fundo ou relatório)
Autor(es): Senado Mineiro e Congresso Mineiro	Profissão: Senadores e Deputados
Repetições para as seguintes palavras: <input type="checkbox"/> Progresso <input type="checkbox"/> Ciência <input type="checkbox"/> Técnica <input type="checkbox"/> Tecnologia	
Transcrições:	
Observações: Página 5) Ata da 1ª Sessão Preparatória – 30 de março de 1891 – Presidência Bias Fortes Votação para a composição da comissão, de três membros, de Senadores. Antes, as comissões eram nomeadas. A eleição foi sugerida pelo conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna, sendo eleitos os seguintes senadores: Xavier da Veiga, Gomes Valadão, Camillo de Britto.	
Críticas: O texto é específico da área jurídica, pois corresponde à estruturação do Senado e do Congresso Mineiros. As primeiras páginas se referem a reuniões para a discussão das legislações que irão reger o Senado, a Câmara dos Deputados e o Congresso Mineiro, tal qual a estruturação do regimento interno desses órgãos. Dessa forma, não há referências específicas ao que se entende por progresso, ciência e técnica nesta parte. Porém, a partir das leituras sobre a parte legislativa, o grupo compreende como avanço a mudança das leis e a adoção do sistema federativo no país. Compreende que a autonomia política do estado mineiro pode contribuir para seu progresso econômico e social.	
Referências a outros textos/Discursos	
Estrutura do texto Textos oficiais.	

Foram lidas 502 atas das sessões legislativas, ordinárias e extraordinárias, gerando 214 fichas de indexação, algumas das quais incluem atas de mais de uma sessão.³ Estas fichas foram descritas num sumário e encadernadas em dois volumes, totalizando 498 páginas. O primeiro volume cobre o período de 1891 a 1895, com 263 atas, 114 fichas e 254 páginas; o segundo abrange as 239 atas de 1896 a 1910, com 100 fichas e 244 páginas. A Figura II apresenta os dados de indexação das atas de 1891 a 1910.⁴

³ As atas de 1911, 1912 e 1914 foram lidas exclusivamente para averiguar se os Senadores haviam feito menção à EAA, inaugurada pelo Governo Federal na capital mineira em 1910. Não houve registro sobre o assunto.

⁴ Obviamente, o banco de dados disponibilizado eletronicamente via internet terá outra lógica organizacional dos dados.

FIGURA II – Ficha de Dados de indexação das Atas (1891-1910)

Ano da Sessão	nº Atas	nº Fichas	nº Páginas	Volume
1891	78	45	105	1º
1892	73	26	52	
1893	45	21	44	
1894	36	10	26	
1895	31	12	27	
<i>Subtotal</i>	263	114	254	
1896	23	6	14	2º
1897	16	7	13	
1898	25	9	21	
1899	27	10	19	
1900	12	5	17	
1901	18	7	13	
1902	13	5	11	
1903	19	6	13	
1904	13	6	13	
1905	20	6	14	
1906	17	7	15	
1907	13	7	21	
1908	5	5	18	
1909	12	10	29	
1910	6	4	13	
<i>Subtotal</i>	239	100	239	
Total	502	214	493	2

Avaliando a variação de atas lidas, fichas indexadas e páginas preenchidas, cobrindo 20 anos de atuação legislativa, temos que o período inicial, de 1891 a 1895, concentrou a maior parte dos dados levantados, pois os temas propostos para indexação estiveram muito presentes na pauta do Senado. Seguiu-se uma década de baixa intensidade, entre 1896 e 1906, com média elevação entre 1898 e 1900; houve novamente uma maior presença do campo temático nas atas do período final, de 1907 a 1910.

Para se avaliar o valor e o sentido dos dados acima, a leitura qualitativa das atas se faz necessária, além de uma contextualização histórica, que permita situar a ação dos senadores em relação aos eventos no Estado e no país. Todavia, fica clara a importância dos primeiros anos do Senado para o estudo do campo temático definido. Esse período foi ocupado por longos debates sobre a organização da máquina administrativa, bem como das necessidades presentes e perspectivas futuras do novo Estado republicano. Para os senadores, parece ter sido um tempo de grande esperança nos projetos a serem construídos e no papel que o Senado deveria desempenhar no desenvolvimento das Minas Gerais.

Desse período fundador, escolheu-se o ano de 1891 para uma leitura qualitativa exemplar das possibilidades apresentadas por este conjunto documental.

III – CIÊNCIA, TÉCNICA E TRABALHO NO SENADO MINEIRO: Atas de 1891

O ano de 1891 foi escolhido por ter sido o primeiro de atuação do Senado mineiro e o que mais registros legou sobre temas afeitos ao campo temático definido: 78 atas, indexadas em 45 fichas, distribuídas ao longo de 105 páginas. Ano de estruturação do próprio governo republicano em Minas Gerais, que culminou com a Constituição Estadual. As atas desse período estão repletas de propostas e debates sobre legislações diversas, em especial aquelas relativas à organização dos serviços administrativos e ao papel dos municípios e sua relação com as esferas estadual e nacional.

A questão dos municípios ocupou boa parte das sessões do mês de julho. Havia a necessidade de repensar limites municipais e, principalmente, a redivisão das comarcas judiciais, agora desvestidas de seu caráter religioso. A preocupação com a administração do território também se estendia às fronteiras externas do Estado, as quais, na visão dos senadores, estariam sendo ameaçadas por incursões e interesses de Estados vizinhos.⁵

Para resolver esses e outros problemas territoriais, o Senador Mello Franco propôs a criação de uma comissão mista para estudar as questões litigiosas referentes aos Estados fronteiriços com Minas, especialmente Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás (Ata da Sessão de 09 de Julho de 1891). Algum tempo depois foi proposta a elaboração de uma Carta Geográfica de Minas Gerais. O Senador Costa Sena exaltou a qualidade do ensino ministrado pela Escola de Minas de Ouro Preto, graças à qual os engenheiros teriam condições de produzir tal carta corretamente:

Temos pessoal que pode perfeitamente ocupar-se deste assunto, temos engenheiros de minas, que podem perfeitamente ocupar-se do levantamento das cartas geográficas e geológica, graças à reforma pela qual passou a Escola de Minas em 1885. Esta reforma iniciada pelo Dr. Antonio Gonçalves Chaves, sustentada, e briosamente defendida pelos dignos mineiros, conselheiros Afonso Pena e Afonso Celso, salvou a vida da escola, alargando o campo de ação de seus alunos. (Ata da Sessão de 30 de setembro de 1891. ANAES DO SENADO MINEIRO 1891-1892)⁶

A estruturação da máquina administrativa pode ser bem exemplificada pelo Projeto nº 18, apresentado em setembro, o qual propunha a criação da Imprensa Oficial. Para o Senador Afonso Pena, tal medida seria muito importante para garantir a publicação de “todos os atos do governo, leis e atos legislativos, assim como os debates do Senado e da Câmara dos Deputados”, até então dependente de periódicos privados, cujo serviço – na visão do senador – era ruim e sempre atrasado, “ainda que as imprensas sejam subvencionadas pelo governo” (Ata da Sessão de 26 de setembro de 1891).

Na junção da burocracia com o controle territorial encontrava-se o Projeto nº 7, propondo a criação da Força Pública de Minas Gerais. Foi mantida a prática anterior de adotar as mesmas patentes dos militares, ainda que tenham sido debatidos os possíveis atritos que isto poderia gerar com as Forças Armadas

⁵ Talvez houvesse certo exagero na retórica de alguns senadores. Todavia, as ameaças à integridade territorial de Minas Gerais eram reais, como provam os projetos apresentados durante o Império para sua divisão em novas Províncias, como a de São Francisco em 1873; ver SENRA, 2012.

⁶ Todas as atas citadas estão nos *Anaes do Senado Mineiro 1891-1892*. Doravante serão referenciadas apenas pela data da sessão. Para uma história da Escola de Minas, ver CARVALHO, 2002.

em nível nacional. O papel da Força Pública mineira, aliás, é discutido e definido no contexto das crises institucionais (políticas e militares) do cenário nacional.⁷

O funcionamento da burocracia estatal motivou, também, debates sobre o perfil necessário ao preenchimento de cargos públicos. Afonso Pena já criticava aqueles que os buscavam, “certos de encontrarem aí uma remuneração que lhes dê o suficiente para satisfazer as necessidades indispensáveis da vida, sem que lhes seja muito penoso vencerem as obrigações inerentes ao emprego” (Ata da Sessão de 22 de julho de 1891). Para desestimular essa prática, defendia os concursos públicos e a qualificação técnica como critérios de escolha, especialmente em áreas de importância estratégica: “terão preferência para o preenchimento dos cargos públicos das secretarias da fazenda e agricultura, os candidatos diplomados por institutos superiores de ensino técnico e profissional, que existirem no Estado” (Ata da Sessão de 12 de agosto de 1891).

A questão do preenchimento dos cargos públicos ia além da mera reclamação contra a falta de empenho e serviço dos contratados. Desde o início do mês de agosto acirrou-se uma disputa quanto ao perfil exigido para os cargos de maior responsabilidade na administração pública, notadamente as Secretarias de Estado e os cargos de chefia. De um lado, os Bacharéis em Direito, que compunham boa parte da legislatura e que compunham, desde os tempos imperiais, o arcabouço da burocracia estatal. De outro, os Engenheiros, que se filiavam às novas práticas de racionalidade e cálculo, ligadas ao progresso tecnológico e ao capitalismo.⁸

É com base nessas considerações que alguns senadores defendiam um perfil mais técnico para as funções diretamente voltadas para o desenvolvimento econômico do Estado, como as Secretarias de Lavoura, Agricultura e Obras Públicas. Estes defendiam, inclusive, que os egressos da Escola de Minas de Ouro Preto seriam melhores postulantes a esses cargos, pois naquela escola, além da formação técnica, eram ministradas disciplinas de conhecimentos legislativos e administrativos. A observação é feita em contraste à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde seriam ofertados apenas os conhecimentos técnicos (Ata da Sessão de 01 de Agosto de 1891). O Senador Costa Sena, por exemplo, entendia que os cargos de chefia de seção e de oficiais maiores deveriam ser ocupados por engenheiros, “que receberam titulação científica e por isso, estão mais aptos a exercerem suas funções”, posicionando-se contra Bacharéis em Direito ocuparem “cargos que não são de sua natureza e titulação científica” (Ata da Sessão de 03 de agosto de 1891).

Em contrapartida, o Senador Afonso Pena defendia a liberdade na indicação para os cargos de chefia. Segundo ele, “para exercer tais cargos o mais importante é que o indivíduo tenha tino administrativo; sendo que as matérias técnicas do serviço podem ser realizadas e orientadas pelos auxiliares dos

⁷ As disputas entre diferentes grupos dentro do movimento republicano intensificaram-se ao longo do ano, entre aqueles que defendiam um governo de viés centralizador e autoritário, e os federalistas liberais. Para a crise do “deodorismo” ver FLORES, 2003.

⁸ Para visões clássicas do papel dos bacharéis na burocracia estatal, ver FAORO, 2012 e CARVALHO, 1996. Para a emergência da engenharia, ver COELHO, 1999.

secretários” (Ata da Sessão de 03 de agosto de 1891). Afonso Pena não entrou no mérito da formação mais ampla recebida pelos egressos da Escola de Minas de Ouro Preto, mas refutou a hipótese de que engenheiros teriam a mesma competência dos bacharéis:

O que é o governo senão a ciência de dirigir os homens de acordo com as leis sociológicas? Ora, o que é que faz objeto dos cursos jurídicos do nosso país, senão o Estudo das Leis sociais e das ciências jurídicas? Evidentemente, os homens formados em direito não são competentes para resolver todas as questões, mas é verdade que eles têm o estudo das matérias que formam a especialidade do governo das nações. O governo é a formação das leis e a execução delas pertence aos membros desta classe que faz desse estudo sua profissão habitual; estão mais habilitados do que aqueles que fazem estes estudos passageiramente. (Ata da Sessão de 29 de julho de 1891)

Para o Senador Afonso Pena, as críticas aos Bacharéis em Direito “pode[m] estar relacionadas à visão da engenharia como a profissão que representa o progresso, o desenvolvimento e a ciência”; ainda assim, defende o “liberalismo político”, deixando que o ministro do setor tivesse liberdade para fazer suas escolhas (Ata da Sessão de 03 de Agosto de 1891). O Senador Camillo de Brito parece ter aproveitado a deixa, pois após um discurso em defesa da indústria e do desenvolvimento do Estado, afirmou:

Devo concluir com esta observação: sou muito amigo da auspiciosa classe dos engenheiros; que têm mantido os créditos científicos do Brasil no estrangeiro, dedicada aos progressos materiais, a principal impulsora da produção e da riqueza. Ficassem eles adstritos a pequenos ordenados e subordinados aos diretores dos trabalhos burocráticos, não teriam mais o mesmo campo de ação. (Ata da Sessão de 03 de Agosto de 1891)

Reforçando a argumentação do colega, o Senador Costa Sena respondeu à colocação do Senador Afonso Pena:

É necessário que cada indivíduo se ocupe de assuntos que estejam de acordo com seus estudos especiais, com as matérias de sua profissão. Sei perfeitamente que não estamos no tempo dos homens enciclopédicos; e se ao engenheiro não é dado compreender o modo completo dos mecanismos da administração de secretarias, é evidente que o bacharel em direito, o médico e o padre, que constituem classes tão respeitáveis, como a dos engenheiros, não estarão no caso de compreender as matérias que se prendem à engenharia. (Ata da Sessão de 03 de Agosto de 1891)

O assunto voltaria à pauta no dia seguinte. O Senador Afonso Pena, no que parece ser uma tentativa de incorporar as sugestões dos adversários, defendeu que os cargos de primeiros oficiais fossem preenchidos por indicação, reservando as chefias de seção aos engenheiros de formação. Recebeu o apoio do Senador Xavier da Veiga, que afirmou a importância de haver uma seção técnica nas Secretarias (Ata da Sessão de 04 de Agosto de 1891).

Ao mesmo tempo em que aceitava a indicação política para os cargos de primeiro escalão, o Senador Afonso Pena a recusava como norma geral para o preenchimento dos cargos públicos. Para ele, o modelo deveria ser o sistema alemão, no qual os cargos eram acessados por concurso público, “sendo as provas elaboradas segundo a especificidade das funções a serem exercidas”, havendo “separação técnica dos cargos a partir das titulações de graduação”. Contra esta proposta, porém, levantou-se o Senador Mello Franco, para quem os Bacharéis em Direito haviam dado provas cabais de competência em todas as áreas da administração pública, exemplificando sua argumentação com o

“Ministério da Marinha, que teve vários ministros bacharéis em Direito” (Ata da Sessão de 05 de Agosto de 1891).

O embate entre Bacharéis em Direito e Engenheiros revelava, além das disputas por cargos e posições de poder, uma preocupação com a formação técnica dos ocupantes de cargos públicos. A qual se insere numa questão maior, a maneira como os Senadores encaravam sua responsabilidade no desenvolvimento econômico estadual. Para eles, o Senado deveria dedicar-se à formulação de políticas e projetos que criassem um ambiente propício ao progresso de Minas Gerais, quer pelo incentivo à iniciativa privada, quer pela ação governamental em áreas como a educação.

Quando se colocou em discussão a proposta de Orçamento do Estado, na sessão de 18 de novembro de 1891, vários foram os discursos e apartes relativos à situação do Estado e ao seu desenvolvimento. Do conjunto das atas depreendem-se dois elementos considerados fundamentais, na compreensão dos senadores, ao progresso das Minas Gerais.

O primeiro era a expansão e o bom funcionamento da malha ferroviária mineira. As ferrovias estavam ligadas às comunicações entre as diferentes partes do Estado e deste com o restante do país e com o exterior, pela ligação com os portos marítimos dos estados vizinhos, facilitando o escoamento da produção mineira e o abastecimento com produtos externos. Em relação ao progresso e ao desenvolvimento, desempenhavam ainda outro papel: não apenas serviam de meio de transporte utilizado pelas atividades econômicas, mas representavam, em sua materialidade, a modernidade e o avanço tecnológico.⁹ Esta relação pode ser bem percebida num artigo publicado em Juiz de Fora, redigido pelo correspondente do jornal *Pharol* em Rio Novo, Olympio de Araújo, noticiando a chegada da locomotiva àquela localidade:

[...] o resfolegar do pégaso do progresso nos exprimiu ainda a adesão, a simpatia e o desejo ardente à nossa causa, revelados pela vizinha e culta Juiz de Fora, que, representada pela suma de sua sociedade, nos vinha dizer: Rio Novo! desperta do sono mórbido em que te exaures e vem receber o ósculo do trabalho inteligente e profícuo, que faz a minha gloria! [...] Confraternizemo-nos e associemo-nos à laboriosa e gentil Juiz de Fora, imitando o seu raro exemplo de amar o progresso. (*Pharol*, 06.mar.1888)

Ciente da importância que as estradas de ferro desempenhavam como fator de desenvolvimento econômico e progresso social, o Senador Afonso Pena foi um dos maiores defensores da expansão da malha ferroviária por todo o Estado:

O futuro de Minas está incontestavelmente ligado ao desenvolvimento das vias de comunicação, a facilidade de transportes, e, portanto, cumpre animar às empresas de estradas de ferro para que elas levem seus trilhos aos lugares mais longínquos, mas isto em termos, porque não podemos levar esse objeto ao ponto de fecharmos os olhos e deixar que as empresas violem cotidianamente suas obrigações, sacrificando os interesses da lavoura e de todas as indústrias de nosso Estado (Ata da Sessão de 29 de Julho de 1891).

A ressalva se justifica pelo contexto em que o senador fez a declaração: as críticas ao mau funcionamento e ao desrespeito às regras de concessão da

⁹ Para a relação entre ferrovia e modernidade no Brasil da virada do século, ver FOOT HARDMAN, 2005. Para uma instigante análise do impacto e presença da ferrovia na cultura brasileira, ver COOPER, 2011.

Companhia Leopoldina, então a maior empresa ferroviária do Estado, dominando a malha ferroviária do principal polo cafeeiro/exportador de Minas Gerais, a Zona da Mata mineira.

No final da década de 1870, as linhas da Mata ficaram envolvidas em disputas intrarregionais sobre a invasão de concessões privilegiadas, pedidos de extensão e discussões sobre trajetórias. A Estada de Ferro Leopoldina ganhou esta disputa: a ferrovia atravessou os municípios de café mais produtivos, e ao contrário de seus competidores, foi bem financiada e gozava de apoio político nacional. Até 1890, a Leopoldina tinha absorvido todos os seus rivais. (BLASENHEIM, 1996, p. 80)¹⁰

Este assunto foi perseguido pelo senador ao longo dos meses seguintes, trazendo ao plenário riqueza de detalhes quanto às reclamações e problemas gerados pela Cia. Leopoldina ao erário público, ao escoamento da produção cafeeira e aos clientes e passageiros. O destaque dado por ele ao assunto e sua recepção pelos demais senadores atestam a importância dada à ferrovia como meio de transporte à modernidade e ao desenvolvimento, mas também os problemas concretos que sua implementação e funcionamento geravam.¹¹

Outro obstáculo a ser vencido na senda do progresso e do desenvolvimento estaduais, na visão dos senadores mineiros, era o da mão de obra, tanto em termos de oferta quanto de sua qualificação. As soluções propostas para resolver esse(s) problema(s) não eram originais: alguns defendiam a vinda de trabalhadores imigrantes, especialmente europeus; outros defendiam a expansão do ensino técnico-profissionalizante, para atingir os trabalhadores e desocupados habitantes do território de Minas Gerais. Esta tensão entre uma solução doméstica, de formação do trabalhador nacional, e uma estrangeira, trazendo trabalhadores da Europa, fez-se estava presente em todas as ações visando fomentar a transição do trabalho escravo para o livre.

As experiências com imigrantes europeus haviam levado alguns fazendeiros a duvidar, já na década de 1850, da eficácia do investimento em trabalhadores estrangeiros:

Depois de 1850, conforme os escravos se tornavam cada vez mais caros, o barão [de de Pati de Alferes], seus filhos e muitos outros fazendeiros fluminenses chegaram à conclusão, induzida pela prática, que substituir escravos por trabalhadores europeus não era uma solução tão simples, fosse pelo regime de *parceria*, *locação de serviços* ou *assalariamento*. Não se tratava tanto da dificuldade de atrair colonos para o Brasil, mas de atraí-los enquanto mão de obra para os latifúndios de exportação. (SILVA, 1997, p. 104-105)

As crises geradas por greves, descumprimento de contrato, abusos por parte de fazendeiros, campanhas na Europa contra a vinda de imigrantes para o Brasil, tiveram como efeito colocar em xeque a validade dos projetos de imigração.

Com o arrefecimento da imigração europeia na década de [18]60, algumas vezes passaram a aconselhar o aproveitamento da “nossa própria gente”, que sendo “bem

¹⁰ A expansão ferroviária em Minas Gerais acompanhou de perto a cafeicultura, como mostra MELO, 2012. Da Zona da Mata avançou para outras fronteiras agrícolas, na direção sudoeste e sul. Sobre a Estrada de Ferro Oeste de Minas, ver LIMA, 2009; para as ferrovias no sul mineiro, ver SILVA, 2012.

¹¹ A atuação do Senador Afonso Pena em relação à Cia. Leopoldina é objeto de trabalho desenvolvido pela mestrandia Bárbara Braga Penido Lima.

dirigida” poderia substituir os braços africanos [...]. Se anteriormente as leis de locação de serviços deviam ser convenientemente adaptadas às relações que se ensaiavam entre os fazendeiros e os colonos europeus, a partir de então, elas deveriam ser modificadas também para as relações com os colonos nacionais. (LAMOUNIER, 1988, p. 71, 72)

Na imprensa mineira encontramos diversos registros desse debate. Em Diamantina, por exemplo, a proposta de imigração europeia, apresentada como solução para a carência de mão de obra regional, enfrentou resistências:

Um outro mal aflige, e muito, ao colega [o jornal liberal *17º Districto*], e com toda a razão. É a desbragada mania dos governos de importarem esta aluvião de povo que constitui a maior miséria da Europa; porque entende o colega que não é um mal para nós que o Brasil seja ainda um deserto, que possua imensas riquezas desconhecidas, que a sua população seja insignificante. Antes pelo contrario, aí é que está a nossa felicidade, porque o que é que nós queremos fazer com braços, riqueza e indústria se juntamente com isto vêm as revoluções e as greves de operários pedindo pão? (*Sete de Setembro*, 07/09/1886)

Ainda assim, havia amplo apoio à vinda de europeus para trabalhar em terras mineiras. Em Juiz de Fora, “capital regional” da Zona da Mata mineira, um dos mais importantes jornais de Minas Gerais no período, advogava a imigração como a solução para os problemas de mão de obra que seriam gerados na cafeicultura regional pela iminente abolição da escravatura, a qual o periódico apoiava efusivamente. Isto fica claro em diversos editoriais, usando, inclusive, o argumento do atraso relativo dos mineiros: “*oxalá que a província de Minas comece em breve prazo a imitar a de S. Paulo, a que o elemento estrangeiro vai imprimindo intensa movimentação industrial*” (*Pharol*. 20.jun.1887.) Daí o apoio na divulgação do projeto de uma hospedaria de imigrantes, a ser instalada na cidade.¹²

Alguns anos depois, essa hospedaria viria a ser uma das preocupações dos senadores republicanos, pois sua localização, argumentavam eles, facilitaria aos trabalhadores emigrar para a capital do país (Ata da Sessão de 09 de julho de 1891). Pouco tempo depois, o Senador Afonso Pena voltou ao tema, a propósito da dívida pública contraída pelo governo para a introdução de imigrantes no território mineiro. Estes viriam suprir a falta de mão de obra para a cafeicultura decorrente, segundo o senador, da abolição da escravatura, da evasão de braços em direção aos centros urbanos ou em busca de melhores salários. Tudo isto agravado pela localização da hospedaria de colonos, em Juiz de Fora, de onde facilmente eles poderiam migrar para o Rio de Janeiro ou São Paulo (Ata da Sessão de 05 de Agosto de 1891).¹³ Até a expansão das linhas férreas foi incluída no rol dos elementos a facilitar a evasão dos imigrantes (Ata da Sessão de 04 de Novembro de 1891).

A presença de imigrantes estrangeiros era vista como fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado. Ao ponto de se questionar a primazia da grande lavoura, sólida base em que assentava o poder socioeconômico da

¹² Ver as edições a partir de 15 de Julho de 1887, Volumes 12-14. As obras de construção da hospedaria foram iniciadas em fevereiro de 1888 (*Pharol*. 01.fev.1888).

¹³ A imprensa mineira destacou a falta de mão de obra por muito tempo ainda. O diagnóstico apresentado, bem como as soluções sugeridas, pouco divergiam do discurso do Senador Afonso Pena. Ver GOODWIN Jr., 2007, especialmente o capítulo 4.

oligarquia política mineira. O Senador Carlos Alves chegou a apresentar um projeto, com o declarado intuito de promover a imigração estrangeira, no qual se previa o incentivo à “pequena propriedade agrícola ao lado dos latifúndios”, pois o senador entendia que “este será o futuro da agricultura em Minas” (Ata da Sessão de 12 de Novembro de 1891).

Como ocorreu em outros ambientes, também no Senado mineiro a imigração de trabalhadores europeus assumiu um caráter racista. O mesmo Senador Carlos Alves, em sua campanha em prol da entrada maciça de trabalhadores estrangeiros no Estado, revelou as discriminações que se faziam à época, conforme a origem dos trabalhadores:

De passagem direi que não hesito em semelhante questão, seja da Europa ou da Ásia. Não tenho receio de tomar a responsabilidade desta minha opinião. Estou certo de que o Sr. Taunay ficará aborrecido comigo, mas os fazendeiros de Minas me aplaudirão. Pouco me importa a nacionalidade do imigrante; pelo contrário acho que haverá vantagens na diversidade de raças, como, alemães, portugueses, polacos, asiáticos, etc. Apenas estabeleço a diferença – para os da Europa eu quero favores do Estado e para os asiáticos quero liberdade de entrada. (Ata da Sessão de 04 de novembro de 1891)¹⁴

O assunto permaneceu em pauta; ainda naquele mês, por exemplo, os senadores debatiam se o sucesso dos Estados Unidos devia-se à colonização realizada por ingleses, em discursos que aludiam a pre(con)ceitos propagados pelos adeptos do determinismo racial. Nessa perspectiva, a imigração de trabalhadores europeus seria a solução para dois problemas: a carência de mão de obra e a melhoria da “raça” nacional.¹⁵

Outra necessidade concernente à mão de obra seria a qualificação necessária para o aprimoramento da produção (fundamentalmente, a agropecuária), bem como a fixação do trabalhador no campo – evitando tanto o êxodo em direção aos centros urbanos quanto para outros estados. A ideia de que a educação, entendida como vivência escolar, compunha os fundamentos de uma sociedade civilizada e progressista já estava presente no discurso das elites letradas desde os tempos do Império:

Como se deita abaixo uma cadeia? Acotovelando-a com uma escola. O professor há de eliminar o carcereiro. // A luz absorve os miasmas do espírito, como os arvoredos os miasmas dos pântanos. No homem há duas coisas – o instinto que é um cego, e a consciência que é um farol. As consciências são as sentinelas do instinto. A razão é o domador dos apetites. // Como se faz a separação? Iluminando as ruas? não, iluminando os cérebros. As casas iluminam-se por dentro. [...] Guerra Junqueiro. (*Sete de Setembro*, 26.fev.1887)

Chama a atenção o fato do autor do texto sobrepor a capacidade transformadora da educação a um dos mais brilhantes exemplos do avanço tecnológico à época, a iluminação pública. Portanto, apesar de todo o

¹⁴ O senador certamente refere-se a Alfredo Maria Adriano D'Escragnolle Taunay, Visconde de Taunay. Foi engenheiro militar, presidente de província, deputado do Império, literato e abolicionista. “Foi um dos mentores da Sociedade Central de Imigração, sempre apoiando a imigração europeia e contestando a chinesa” (VAINFAS, 2002, p. 38). Para uma breve origem das propostas de imigração chinesa, ver SILVA, 1997, especialmente as páginas 99 a 102.

¹⁵ Para uma discussão sobre as relações entre imigração, racismo e política de branqueamento, ver SEYFERTH, 1996.

entusiasmo que as elites letradas mineiras demonstravam pela tecnologia e seus maquinismos, para esse autor não seriam suficiente para criar uma nova relação social, ou mesmo para combater a criminalidade, constantemente associada à presença de desocupados no ambiente urbano.¹⁶

No caso da qualificação da mão de obra, porém, mesmo a educação escolar não bastaria. Era preciso garantir o aprendizado de técnicas que melhorassem a produção e modificassem a postura do trabalhador. Tal percepção também estava presente em outros segmentos das elites letradas. A abertura da escola agrícola de Itabira, ainda no período imperial, foi assim saudada na imprensa juizforana:

Nunca serão demasiados os exemplos que poderemos dar de trabalhos na lavoura por meio de instrumentos aperfeiçoados; esses exemplos irão plantando no espírito dos nossos lavradores a condenação dos meios atrasados, rotineiros de que se utilizam, para dar lugar às reformas que serão a salvação da agricultura entre nós. // Deixar a enxada e o sacho que herdamos de nossos antepassados, para nos servirmos do arado e de tantos outros instrumentos de que faz uso a lavoura moderna, é dever tão momentoso para nós, quanto mais difíceis se vão tornando os dias que a lavoura começa a atravessar. (*Pharol*. 14.out.1882)

As preocupações dos senadores com a melhoria técnica dos trabalhadores agrícolas e com a estruturação da capacidade administrativa do Estado parecem fundir-se no Projeto 12, apresentado pelo Senador Mello Franco:

Neste projeto, Sr. Presidente, eu trato de criar no Internato do Ginásio de Minas uma cadeira de agronomia e outra de taquigrafia. Sou levado a criar essas duas cadeiras pelas seguintes considerações: Consta que na estação do Registro vai se criar uma estação agrônômica, em que se reunirão produtos variados das zonas agrícolas deste Estado. Essa exposição de produtos, eu creio que seria de maior vantagem para o Estado se pudesse aliar a ela conhecimentos técnicos relativos a agricultura, de modo que uma cadeira de agronomia no internato seria de vantagem, como complemento da instrução secundária estabelecida, para aqueles que não quisessem seguir o curso secundário completo, e também, para facilitar aos agentes diretos do trabalho agrícola os conhecimentos mais elementares. (Ata da Sessão de 12 de Agosto de 1891)

Além do melhoramento do setor agropecuário, o senador preocupava-se com a qualificação de trabalhadores para o florescente serviço administrativo nos centros urbanos:

Creio também, Sr. Presidente, ser de vantagem criar-se no mesmo estabelecimento uma cadeira para o ensino de taquigrafia. Esta arte de dia em dia se torna mais necessária e é de lamentar-se que no nosso Estado não haja nenhum estabelecimento de instrução primária ou secundária onde se ensine a taquigrafia, que é de tamanha utilidade. (Ata da Sessão de 12 de Agosto de 1891)

Poucos dias depois, o senador retomou o assunto. Defendeu seu projeto, explicando que a cadeira de agronomia era proposta

aproveitando o edifício, o regime disciplinar, os aparelhos de física e química que deve ter, e mesmo proporcionar aos alunos daquele estabelecimento, que quisessem o

¹⁶ A relação entre iluminação pública e controle social era clara: em Paris, por exemplo, desde o século XVIII havia uma dotação orçamentária explícita para esse fim. Em contrapartida, as manifestações populares incluíam, quase sempre, a destruição de lâmpadas nas ruas (SCHIVELBUSCH, 1995, p.97-114). Para a associação entre desocupados e criminalidade, ver, por exemplo, GOODWIN Jr., 2012.

ensino das noções elementares dessas ciências, que deveria ser cultivada de preferência pelos mineiros.

A disciplina seria ofertada como anexa ao Ginásio Mineiro, “facilitando aos meninos pobres das classes rurais, a esses que são atualmente os instrumentos do trabalho agrícola, os agentes diretos da lavoura, os cultivadores do nosso solo, a instrução elementar necessária para a profissão a que se destinam” (Ata da Sessão de 17 de Agosto de 1891).

Na defesa de seu projeto, o senador ampliou o escopo da argumentação, deixando clara a necessidade de investimento na formação de trabalhadores urbanos, voltados para a indústria:

Sr. Presidente, o Sr. Conselheiro Afonso Pena, fez sentir, há dias, quanto é deficiente, entre nós, o ensino técnico e profissional: porquanto até hoje não temos tratado senão da educação clássica, que prepara alunos para as faculdades de direito e outras: mas estes moços ficam inutilizados para qualquer outra carreira industrial [...]. Era, pois, preciso corrigir esta educação, dando aos brasileiros o ensino técnico e profissional, porque agora é que começa a desenvolver-se a indústria no Estado, aumentar a riqueza pública e desenvolver, por modo extraordinário, a atividade industrial. Portanto, o ensino deve acompanhar esta evolução. (Ata da Sessão de 17 de Agosto de 1891)

Portanto, para que houvesse desenvolvimento econômico, quer na agricultura, quer na indústria, era necessário investir no aprimoramento do trabalhador nacional. O Senador Afonso Pena chegou a mencionar em plenário a ideia de oferecer aos estudantes uma bolsa de estudos, como se fazia na Alemanha, para garantir as condições do ensino profissionalizante. Citou, inclusive, as tentativas de Henri Gorceix de estabelecer um programa de bolsas na Escola de Minas de Ouro Preto. Tais bolsas serviriam para sustentar alunos carentes na escola, bem como para enviar os melhores alunos para estudos no exterior (Ata da Sessão de 25 de Agosto de 1891).

Todavia, as atas parecem indicar que, ao menos num primeiro momento, os senadores tinham dificuldade em propor ações voltadas claramente para a indústria. Outra proposta de criação de curso técnico, apresentada pelo Senador Mello Franco, retoma a necessidade da taquigrafia. Embora chegue a declarar que “a taquigrafia é irmã congênita da liberdade”, o senador revela outras preocupações ao justificar sua proposta:

vendo nós que o serviço taquigráfico não está organizado neste Estado, e que do modo porque é feito atualmente importa avultadíssimas despesas aos cofres públicos, entendi que prestaria um grande serviço ao mesmo Estado, apresentando um projeto neste sentido. (Ata da Sessão de 13 de Outubro de 1891).

Quando da discussão da proposta, o Senador Camillo de Brito declarou ser a taquigrafia “indispensável aos países democráticos”, pois permitia o registro e publicidade das sessões legislativas. Apesar de defender seu aspecto prático e o possível uso didático da taquigrafia (reproduzindo as aulas da Escola de Minas de Ouro Preto, por exemplo), o senador enfatiza, prioritariamente, a importância que tal curso teria na formação de trabalhadores para o funcionamento da burocracia do Estado. Percebe-se, assim, certa limitação no alcance das propostas dos senadores quanto à qualificação de trabalhadores para o trabalho urbano, industrial.

Tal dificuldade prática fica ainda mais evidente quando se nota que o mesmo Senador Camillo Brito via com preocupação a fragilidade da indústria mineira, defendendo o apoio governamental às iniciativas privadas:

Bem sei que a indústria deve ser completamente livre; e a intervenção do Estado, às vezes, lhe opõe embaraços, cerceando seu desenvolvimento. Esses favores têm somente por fim inspirar confiança nos empreendedores, coadjuvando-os no interesse do próprio Estado, que ainda se acha inexperiente, fazendo alguns ensaios em fábricas e manufaturas. [...] No Brasil temos falta de máquinas, de instrumentos de fábricas e não podemos abrir mão da importação estrangeira. (Ata da Sessão de 19 de Agosto de 1891)

As atas das sessões do Senado mineiro ao longo do ano de 1891 registram os debates e discussões de representantes das elites mineiras que pareciam ter clareza quanto à situação socioeconômica do Estado; que conseguiam definir os elementos necessários à superação da situação diagnosticada; mas que demonstravam certa dificuldade em estabelecer projetos e ações práticas para transformar aquela situação.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito acima, este trabalho tem o propósito de apresentar resultados parciais de uma pesquisa em andamento. A partir desse objetivo inicial, podem ser traçadas três linhas de considerações finais: sobre a metodologia de trabalho adotada; sobre a leitura feita a partir da indexação de um conjunto de atas; e sobre as possibilidades de uso dessas atas como fontes documentais a partir da metodologia de pesquisa.

É quase redundante afirmar que a leitura das atas das sessões do Senado mineiro permite traçar um perfil da atuação daquele corpo legislativo. Para que essa leitura seja mais produtiva, defende-se aqui definir o escopo da leitura, selecionando termos agregadores que formem um campo temático, e uma indexação das atas que se restrinja à coleta de informações pertinentes a esse campo. Tendo em vista a amplitude de temas abordados pelos senadores durante os quase 39 anos de existência daquela casa legislativa, tal metodologia tem a vantagem do refinamento da leitura das atas. Isto permite direcionar os esforços interpretativos, visando compreender a postura institucional do Senado mineiro face a questões específicas.

O resultado da indexação das fichas no período de 1891 a 1910, nos limites do campo temático, permite avaliar a maneira como os senadores trabalharam questões ligadas à ciência, à técnica, ao trabalho e ao ensino profissional: como e em que contexto tais temas eram abordados, quais os termos e expressões ligados a eles, qual a frequência e a variação com que eram tratados no plenário do Senado. Enfim, como os senadores (e aqueles por eles representados) entendiam esse campo temático e sua relação com o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Os resultados apresentados são parciais e devem assim ser avaliados. É preciso completar a indexação das atas para o período de 1911 a 1930.

Quanto à indexação já realizada, cobrindo os 20 primeiros anos do Senado, faz-se necessária uma análise detalhada do material, avaliando qualitativamente o que foi anotado. Qualquer interpretação, neste momento, é provisória e inconclusa.

O que não impede que sejam apresentadas algumas conclusões parciais sobre o material produzido pela pesquisa. Inicialmente, a análise quantitativa permite perceber uma maior concentração do campo temático nos anos iniciais do Senado. A interpretação desse dado requer a leitura dos diferentes tópicos abordados e sua relação com a conjuntura histórica estadual. Todavia, fica claro que, em meio às intensas discussões sobre a constituição do aparato administrativo do Estado, as preocupações ligadas ao desenvolvimento econômico e ao progresso tecnológico estiveram muito presentes.

Em certas circunstâncias, como mostrou a leitura das atas de 1891, os assuntos se misturavam. A preocupação com a definição dos limites e a administração do território incluiu os temas das comunicações e dos transportes, o que ajuda a contextualizar a grande importância dada pelos senadores, especialmente Afonso Pena, às questões ligadas à Cia. Leopoldina e suas ferrovias. A necessidade de aparelhar a burocracia estatal suscitou debates e reflexões quanto ao perfil dos ocupantes dos cargos públicos, tema fronteiro às discussões sobre a necessidade de qualificação profissional e cursos técnicos, explicando ainda que estes se revelassem mais voltados à formação de quadros para o funcionamento da administração governamental. A demanda por investimentos no ensino profissionalizante, especialmente em técnicas agrícolas, estava diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico do Estado. Mas também se vinculava aos debates senatoriais quanto à maior racionalidade que se fazia necessária no uso dos recursos mineiros.

Pode-se perceber a partir do instrumento de pesquisa produzido, o caráter conservador, ainda que reformista, adotado pelo Senado: era preciso encontrar soluções para o problema do desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Todavia, essas deveriam nascer do repertório já conhecido e assumido pelos representantes políticos das elites mineiras. Isto explica a relutância de senadores quanto a um papel mais diretivo do Estado, em contraposição à doutrina liberal do *laissez faire*. Também explica a predominância de propostas visando o desenvolvimento da agricultura em relação àquelas voltadas para o desenvolvimento industrial. Mesmo as ferrovias e as comunicações, temas fortemente ligados à tecnologia, são discutidos muito mais no contexto rural do que urbano.

A análise das atas permite perceber que há um descompasso, no discurso dos senadores, entre as expectativas geradas pelos projetos propostos para o desenvolvimento de Minas Gerais e a realidade de sua implementação. As dificuldades logísticas, os constrangimentos financeiros, as resistências sociopolíticas, tendem a diminuir o entusiasmo pelas propostas à medida que estas vão se tornando projetos de lei e estes, implementados. Raramente o resultado final faz jus aos grandiloquentes discursos inaugurais.

A discussão em torno das ferrovias, especialmente a Cia. Leopoldina, revela certa decepção dos senadores, também, com os resultados concretos do uso de aparatos tecnológicos.¹⁷ Por mais que fossem considerados sinais visíveis de modernidade e civilização, não pareciam suficientes para alterar as condições de atraso e estagnação diagnosticadas pelas elites dirigentes do Estado. Em alguns casos, chegavam a reforçar antigas práticas e posturas.

Nada disso, porém, diminui a importância que os senadores atribuíam ao seu papel no fomento ao progresso de Minas Gerais. A continuidade na análise da indexação das atas permitirá delinear as ações do Senado na formulação de propostas visando o desenvolvimento do Estado e suas relações com outras ações que iam se constituindo, como o movimento em torno do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial que se realizou em 1903.

Resta afirmar a importância das atas como fonte de novos trabalhos. O instrumento de pesquisa produzido pela indexação das atas do Senado Mineiro a partir de um campo temático privilegia aspectos específicos de sua atuação, permitindo construir um conjunto mais coeso de dados e informações, os quais servem tanto a uma abordagem panorâmica quanto a estudos mais pontuais, a estudos quantitativos ou qualitativos.

O presente trabalho, resultado do uso de apenas uma parte do material existente, já indica o potencial que tal metodologia de trabalho permite desenvolver.

¹⁷ Devo à mestranda Bárbara Braga Penido Lima esta observação, parte do trabalho que está desenvolvendo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Documentais.

ANAES DO SENADO MINEIRO 1891-1892, 1ª sessão, 1ª legislatura, 2ª edição. Atas e Legislações do Senado e do Congresso Mineiro (ata, fundo ou relatório). Localização: A613; 350. 1891-1892. Arquivo Público Mineiro.

Pharol. 1880-1914. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora, MG.

Sete de Setembro. 1887-1889. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina, MG.

Referências Bibliográficas

BLASENHEIM, Peter. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. IN: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/EDUJFJ. Vol 2, nº 2, 1996, p. 81-110.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2a.ed.revista. Rio de Janeiro, Editora UFRJ / Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo. *Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2ª ed. rev. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

COELHO, Edmundo. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.

COOPER, Martin. *Brazilian Railway Culture*. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2011.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 5ª edição. São Paulo, Globo Editora, 2012.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (org.) *O Brasil Republicano*. Livro 1: O Tempo do Liberalismo Excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88.

GOODWIN Jr., James William. O caminho da incorporação do proletário à sociedade moderna: trabalho como educação em Minas Gerais no período pós-escravidão. IN: XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina, MG. *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2010. v. XIV. p. 1-16.

GOODWIN Jr., James William. "Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Tese de Doutorado em História Social. Orientadora: Profa. Dra. Inez Garbuio Peralta. FFLCH/USP, São Paulo, 2007. (mimeo)

GOODWIN Jr., James William. A imprensa e o papel do trabalho na sociedade mineira pós-escravidão. IN: GONÇALVES, Irlen Antônio (org.) *Progresso, Trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2012, p. 171-196.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma*. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2ª. ed. revista e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas, Papyrus Editora, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista* (Minas Gerais no Século XIX). São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *Ferrovia, Sociedade e Cultura, 1850-1930*. Belo Horizonte, Argumentum Editora, 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1970. Tese de Doutorado em História Econômica. Orientador: Prof. Dr. Antônio Penhalves Rocha. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo, FFLCH / USP, 2004. (mimeo)

MELO, Hildete Pereira de Melo. Ferrovias e Café: Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1850/1910. IN: PAIVA, Clotilde Andrade, LIBBY, Douglas Cole (org.). *20 anos do Seminário sobre Economia Mineira – 1982-2002*: coletânea de trabalhos. vol 2. Belo Horizonte, UFMG/FACE/Cedeplar, 2002, p 173-196.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *The disenchanting night: the industrialization of light in the nineteenth century*. Berkeley; Los Angeles, University of California Press, 1995.

SENERA, Nelson de Castro. O Mapa do Brasil ao Tempo do Império: o caso da criação da "Província do Rio São Francisco (1873-1874)". IN: *Estatística e Sociedade*: Revista da Associação das Américas para a História da *Estatística* e do Cálculo das Probabilidades. Porto Alegre, n.2 nov. 2012, p.178-203. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/estatisticaesociedade/article/view/36562>

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. IN: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / CCBB, 1996, p. 41-58.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo*: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Marcel Pereira da. Tem café nesse trem? As ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910). IN: SAES, Alexandre Macchione, MARTINS, Marcos Lobato (org.). *Sul de Minas em transição*: a formação do capitalismo na passagem para o século 20. Bauru, EDUSC, 2012, p. 177-207.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.